

é o povo nas ruas por direitos e democracia



O povo brasileiro vive o mais **grave ataque** desde o fim da ditadura. Conquistas sociais, empregos, direitos constitucionais e a própria democracia são desmontados em uma **cruzada judicial-midiática** que paralisou a economia e mergulhou o país em uma arriscada polarização social.

A seletividade da Lava Jato deixa claro que seu objetivo é político. Para isso, conta com a parceria da TV Globo, que age de dentro do gabinete do juiz Sérgio Moro, com acesso livre a informações confidenciais, cuja narrativa é meticulosamente construída para derrubar o governo e criminalizar os que se insurgem contra esses abusos.

A Lava Jato transformou-se em um poder paralelo que age em associação com a mídia. Os graves episódios de violações do Estado de Direito são a prova de que a operação enveredou por caminhos conspiratórios e fascistas.

Grampear uma conversa telefônica presidente da República e vazar as gravações para a Globo é crime que caracteriza um Estado de Exceção, o que agrava ainda mais a crise econômica e o caos social alimentado pela Lava Jato.

O nível de **desemprego** cresceu 41,5%, atingindo no final de 2015 mais de **9 milhões de brasileiros**. O PIB sofreu um tombo de 3,8% e o acumulado continua caindo: em janeiro chegou a 4,1%, segundo estimativas da FGV.

É nesse contexto que é articulado o golpe, a privatização da Petrobrás e a entrega do Pré-Sal. Nós, petroleiros próprios e terceirizados, estamos no centro do desmonte e reagiremos a esses ataques.

O combate à corrupção - entranhada há décadas no Estado brasileiro e historicamente denunciada pelos movimentos sociais, mas nunca apurada - não pode servir de pretextos para o golpe das elites, que sempre se beneficiaram dela. Queremos a apuração e punição de todos os corruptos, sem seletividade e dentro da legalidade.

Vamos nos somar às manifestações nesta sexta (18) nas principais cidades do país e reafirmar que é preciso, sim, **combater a corrupção**, mas respeitando-se o Estado Democrático de Direito e preservando a economia nacional, sem penalizar os trabalhadores.



04.03 | Condução coercitiva de Lula, sem justificativas legais



09.03 | Com argumentos políticos, MP de SP pede prisão preventiva de Lula, num ato ilegal e autoritário



11.03 | Polícia invade sindicato dos metalúrgicos em Diadema e interrompe violentamente plenária dos movimentos sociais PCdoB são atacadas



12.03 | Sedes da UNE, da CUT e do PCdoB são atacadas

13.03 | Elites vão às ruas em manifestação pela ultradireita pelo impeachment e volta da ditadura



14.03 | Pedido ilegal de prisão preventiva de Lula é remetido ao juiz da Lava Jato

16.03 | Sérgio Moro vaza para a Globo conversa telefônica privada da presidente da República, num atentado contra o Estado de Direito

P-36

Adilson Almeida de Oliveira
Charles Roberto Oscar
Emanoel Portela Lima
Ernesto de Azevedo Couto
Geraldo Magela Gonçalves
Josevaldo Dias de Souza
Laerson Antônio dos Santos
Luciano Cardoso Souza
Mário Sérgio Matheus
Sérgio dos Santos Souza
Sérgio Santos Barbosa

Quinze anos depois, mortes se repetem



Colocar vidas em risco não é acidente. **É crime!**

No dia 15 de março de 2001, a P-36, na época a maior plataforma da Petrobrás, afundou, após uma sequência de explosões que resultaram na morte de 11 trabalhadores. O acidente tornou-se um divisor de águas na luta do movimento sindical por condições seguras de trabalho, não só no Sistema Petrobrás, como em toda a indústria de petróleo no Brasil.

No entanto, apesar da nossa luta contínua por segurança, os gestores da empresa nada aprenderam com as centenas de vidas perdidas. Ao longo desses 15 anos, mais de 200 companheiros morreram em acidentes que

poderiam ter sido evitados, se a empresa priorizasse a vida, assim como faz com as metas do mercado.

Em fevereiro do ano passado, 09 trabalhadores morreram em uma explosão na FPSO Cidade de São Mateus, no Espírito Santo. A ANP responsabilizou a BW e a Petrobrás por terem descumprido 28 itens do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional.

Recentemente, outro petroleiro morreu de forma trágica na Reduc, ao cair dentro de um tanque com temperatura de 70º graus, que deveria estar interdito devido à

corrosão que destruiu o seu teto. A Reduc recebeu 20 autos de infração do MTE por causa do acidente, mas nenhum gestor foi punido.

E assim, tragédias anunciadas, como a P-36, continuam se repetindo. Uma realidade que tende a piorar com o desmonte em curso no Sistema Petrobrás, novo PIDV sendo gestado e uma série de ataques aos direitos dos trabalhadores.

Continuaremos a chorar a morte dos nossos companheiros, enquanto os gestores permanecerem impunes? Colocar vidas em risco não é acidente. É crime!